



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI 8/2019

Institui a "Semana Municipal da Adoção e Acolhimento" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL APROVA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica instituída, a Semana Municipal da Adoção e Acolhimento, a ser realizada, anualmente, na semana que antecede o dia 25 de maio - Dia Nacional da Adoção.

§ 1º - A Semana Municipal da Adoção e Acolhimento deve culminar, anualmente, sempre no dia 25 de maio.

§ 2º - Por Adoção, conforme prevê o Direito Civil, é o ato jurídico no qual um indivíduo (a) é permanentemente assumido como filho (a) por uma pessoa ou por um casal que não são os pais biológicos do adotado.

§ 3º - Por Acolhimento deve ser entendido por projeto que acolhe crianças e adolescentes afastados da família natural em virtude de violação de direitos por meio de medidas protetivas, conforme preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, em seu artigo 101, sendo, portanto, uma Política Pública que garanta o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes separados de sua família.

Artigo 2º - A Semana Municipal da Adoção tem por finalidade a promoção de eventos que levem à reflexão, a agilização, a comemoração e a realização de campanhas de conscientização, sensibilização e publicidade do tema “adoção” com a realização de debates, palestras e seminários.

Artigo 3º - A efetivação da “Semana da Adoção” fica a cargo do Poder Executivo Municipal, em consonância com órgãos competentes, assim como apoio dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da Sociedade Civil.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA

A instituição da Semana Municipal da Adoção e Acolhimento destina-se a estabelecer no Município de Corumbá, uma semana dedicada à questão da adoção e acolhimento, que por sua relevância, traz a lume problemas que devem ser resolvidos como a lentidão dos processos e a própria situação das crianças passíveis de serem adotadas.

A presente propositura, visa, sobretudo, provocar a reflexão, a agilização e o debate público, sobre a questão da adoção, envolvendo poderes e órgãos estatais juntamente com entidades da Sociedade Civil, assim como os diversos projetos de acolhimento, seja por Pessoas físicas ou Pessoas Jurídicas.

Muitos pontos devem ser debatidos e agilizados, inclusive a respeito do sistema de adoção ser referência Estadual, a adoção necessita de aperfeiçoamento em todas as suas etapas, juntamente, com o estabelecimento ou aperfeiçoamento de uma rede de apoio permanente, a fim de que pais e filhos, não se sintam sozinhos na sua experiência particular de família constituída pelos laços de afeto e muito carinho, não pelos aspectos puramente biológicos.

Nesse sentido, cabe lembrar que a “adoção” não é a última maneira de se ter filhos, mas sim, outra forma de ser pais.

Previsto no Código Civil em seu artigo 1.618 e seguintes, assim como na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 39^[1], a adoção é o ato jurídico no qual um indivíduo é permanentemente assumido como filho por uma pessoa ou por um casal que não são os pais biológicos do adotado

A adoção é uma experiência humana que demanda de todos envolvidos, em suas múltiplas expressões, um permanente debate dos direitos e deveres, no sentido de implementar estudos e ações, para a troca de idéias e de experiências, que precisa ser mais bem compreendido pelos poderes públicos e pela sociedade.

Essas questões devem ser refletidas e comemoradas na Semana Municipal da Adoção.

No que diz respeito ao Acolhimento, vários são os projetos que prescrevem acerca do acolhimento familiar.

Que oportuna por um tempo determinado o acolhimento, sendo que o acolhedor recebe guarda provisória do acolhido e o acompanha em todas as atividades regulares até que suas famílias de origem tenham condições de recebê-lo de volta ou seja encaminhado para adoção.

Em outras palavras, o acolhimento vai fazer aquilo que qualquer família deve fazer, a saber, levar as crianças na escola, levar ao médico, se necessário, alimentar, vestir, cuidar, dar atenção, carinho, afeto.

Tal pratica tem por objetivo contribuir para superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituída, garantir direito à convivência familiar e comunitária.

Ato contínuo, o escopo é contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência intrafamiliar e ruptura dos vínculos, oferecer apoio psicossocial às famílias acolhedoras para execução da função de acolhimento e desenvolver com os adolescentes condições para a independência e autocuidado.

Vários são os projetos e modalidades de acolhimento, por exemplo, no caso de Família Acolhedora, nessa modalidade de acolhimento, crianças e adolescentes são encaminhados para famílias devidamente cadastradas, selecionadas e formadas para esta função.

As famílias acolhedoras recebem em suas casas as crianças que precisam de acolhimento temporário e provisório, até que possam retornar para suas famílias de origem ou, quando isso não é possível, sejam encaminhadas para adoção.

Há também o acolhimento feito por Pessoas Jurídicas e/ou Pessoas Físicas com a participação de apoio financeiro e afetivo para crianças que se encontram em casos de risco, proporcionando auxílio através de apadrinhamento





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

afetivo, atividades de esporte e lazer, prestação de serviço, ajuda material à criança e/ou à família.

As práticas previstas acima resumem-se em afetivo, com o intuito de passear com as crianças e adolescentes nos finais de semana, financeiro, sendo um auxílio com determinada quantia que puder por mês, por acolhedora, quando acolhem, sustentam e dão todos os cuidados no decurso do processo, por prestador de serviço, são os padrinhos profissionais que beneficiam várias crianças ao mesmo tempo, tais como: Pediatras, dentistas, terapeutas, pedagogos infantis, psicólogos e educadores.

A instituição da Semana Municipal da Adoção, além dos aspectos motivadores que vimos acima, procura regulamentar a Lei Federal nº 10.447, de 9 de maio de 2002, que institui o Dia Nacional da Adoção a ser comemorado no dia 25 de maio.

Não obstante o exposto, há também outros municípios e Estados que assim já dispuseram, por exemplo, a Lei nº 10.311/2017 de Florianópolis/SC, Lei nº 14.464/2011 do Estado de São Paulo, além do Município de Sidrolândia, entre outros.

Por essas razões, é fundamental, a instituição da Semana Municipal da Adoção.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora tem respaldo no artigo 227^[2] da Constituição Federal, no artigo 34^[3] do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desta forma, amparado nas legislações citadas e na necessidade latente da população corumbaense conhecer tais projetos e disposições legislativas, que tal projeto encontra fundamento para sua apreciação e no final aprovação. Quanto à constitucionalidade um dos pontos a ser analisado, e talvez um dos mais importantes, refere-se à questão da competência de iniciativa legislativa, sendo o artigo 30, inciso I^[4], da Constituição Federal.

As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local que, destarte a autonomia municipal configura-se pela tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.

Neste momento, é notável que a autonomia dos Municípios é insofismável.

No que se refere à legalidade, a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 60, alega os seguintes ordenamentos jurídicos sobre a matéria:

Art. 60º - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, que a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

[1]Art. 39. A adoção de criança e de adolescente rege-se-á segundo o disposto nesta Lei.

[2]Art. 227. É dever^[1] da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[3]Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

[4]Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Em conformidade, o artigo 147, parágrafo único do Regimento Interno, determina:

“Art. 147 – Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda a matéria de competência da Câmara e sujeita a sanção do Prefeito:

Parágrafo único – A iniciativa dos Projetos de Lei será:

I – do Vereador;

Portanto, conto com a colaboração dos nobres pares para fins de apreciação e aprovação do presente projeto.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

CORUMBA/MS, 18 de Março de 2019

Manoel Rodrigues
1º Vice-presidente(a)

